

42º ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS

SPG 21 Internet, Comunicação e Democracia: questões contemporâneas

Os intelectuais midiáticos no debate sobre as reformas no Brasil

Allana Meirelles Vieira¹ e Aline Rodrigues Chiaramonte²

¹ Allana Meirelles Vieira é doutoranda em Sociologia pela Universidade de São Paulo (USP) em cotutela com a École des Hautes Études em Sciences Sociales (EHESS). Mestre em Comunicação pela Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF), graduada em Comunicação Social e Ciências Sociais também pela UFJF. Bolsista do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPQ).

² Aline Rodrigues Chiaramonte é doutoranda em Sociologia pela Universidade de São Paulo. Mestre também em Sociologia e graduada em Ciências Sociais pela mesma instituição. Bolsista do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPQ).

Os intelectuais midiáticos no debate sobre as reformas no Brasil³

Resumo: Esta pesquisa tem como proposta analisar a dinâmica estabelecida entre as posições de “intelectuais midiáticos” brasileiros no campo jornalístico/midiático e suas tomadas de posição acerca de um tema específico, qual seja, as reformas da previdência e a trabalhista. Para tanto, adotamos como objeto os colunistas economistas dos principais jornais do país – *Folha de S.Paulo*, *O Estado de S. Paulo* e *O Globo*. Delineando suas posições – sendo eles agentes que constituem um tipo de elite –, foi possível conhecer melhor a estrutura e a dinâmica do campo jornalístico, principalmente no que tange ao lugar que a imprensa escrita ocupa atualmente em seu interior. Assim, partimos da ideia de que a posição de elite que esses jornalistas ocupam é resultado de seu trânsito em vários campos sociais, dos quais advêm seu poder simbólico de determinar os termos dos debates. Sublinhamos, ainda, a importância desses agentes para a ratificação e reiteração de determinados projetos para o país, como difusores de uma *doxa* forjada em lugares nos quais agentes provenientes de diferentes campos sociais estabelecem trocas.

Palavras-chave: Jornalismo; Economia; Elite; Mídia.

*While economics is about how people make choice,
sociology is about how they don't have any choice to make.*
BERTRAND RUSSELL⁴

Desde o início do processo do impeachment da presidenta Dilma Rousseff, em 2016, e sua substituição pelo então vice-presidente, Michel Temer, o tema das reformas – incluindo a trabalhista e a da previdência – foi intensificado em debates nos principais veículos de comunicação do Brasil. Como uma reverberação da polarização política observada desde as eleições presidenciais de 2014, esses debates se colocam como marcadores interessantes para a compreensão das tomadas de posição de figuras e instituições públicas. Nesse contexto político, marcado por crises⁵ e fortes oposições,

³ Este artigo foi elaborado como um trabalho paralelo às nossas pesquisas de doutorado, realizadas no PPGS USP: *Os intelectuais midiáticos de direita: análise dos condicionantes sociais dos colunistas no Brasil contemporâneo*, de Allana Meirelles; e *A produção da legitimidade cultural: uma análise sociológica da doxa sobre a universidade pública veiculada pelos principais jornais do país*, de Aline Chiaramonte. Nas pesquisas macro, o escopo é mais amplo bem como outros aspectos acerca dos intelectuais midiáticos e da imprensa são abordados.

⁴ Esta epígrafe foi retirada do livro de Bourdieu *Les structures sociales de l'économie*. Paris : Éditions du Seuil, 2000, p. 9.

⁵ As crises econômica e política no Brasil são anunciadas por diferentes veículos e em diferentes vieses, como pode ser verificado nos seguintes links: <https://brasil.elpais.com/brasil/2018/04/07/politica/1523127625_584461.html>;

professores, jornalistas, escritores, artistas, militantes, políticos, movimentos sociais, organizações e partidos foram levados a se manifestar, seja a favor ou contra as reformas e, conseqüentemente, ao governo de Michel Temer⁶. Se, por um lado, movimentos sociais e setores mais à esquerda no espectro político – como a Central Única dos Trabalhadores (CUT)⁷, o Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra (MST)⁸, o Movimento dos Trabalhadores sem Teto (MTST)⁹, a União Nacional dos Estudantes (UNE)¹⁰ – denunciaram tais reformas como sendo retrocessos nos direitos dos trabalhadores, grupos ligados ao mercado e à direita – como a Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (FIESP)¹¹ e o Movimento Brasil Livre (MBL)¹² – caracterizaram-nas como uma necessidade incontornável e essencial para modernizar e “consertar” o país, como alguns colonistas defensores das reformas chegaram a afirmar¹³.

As tomadas de posição do que chamamos de “intelectuais midiáticos” reverberaram não apenas em páginas de jornais e revistas ou em programas de canais televisivos ou de rádios, mas também nas redes sociais, como Facebook e Twitter. Dessa maneira, os discursos proferidos sobre esse tema específico e as dinâmicas envolvidas na produção, circulação e recepção dessas mensagens revelaram dados e provocam reflexões importantes para a compreensão da conexão contemporânea entre os processos de

<<https://www.cartacapital.com.br/politica/a-crise-politica-e-o-desanimo-do-povo-com-seus-representantes>>; <<https://g1.globo.com/economia/noticia/brasil-enfrenta-pior-crise-ja-registrada-poucos-anos-apos-um-boom-economico.ghtml>>; <<http://economia.estadao.com.br/noticias/geral,o-brasil-alem-da-crise,70001846146/>>. Acesso em: 08 abr. 2018.

⁶ Como Bourdieu (1984) afirma em *Homo Academicus*, os momentos de crise levam os agentes sociais a fazerem escolhas e proclamarem-nas, de modo que as situações nas quais não escolher é também uma escolha se multiplicam. Assim, o momento de crise leva à construção de uma problemática política comum, de um espaço de tomadas de posição constituídas, no qual as pessoas não podem evitar situar-se ou serem situadas (BOURDIEU, 1984, p. 235).

⁷ Ver: <<https://www.cut.org.br/noticias/cut-explica-porque-reforma-trabalhista-e-desastre-completo-para-o-trabalhador-e598>>. Acesso em: 04 abr. 2018.

⁸ Ver link: <<http://www.mst.org.br/2017/12/07/em-nota-publica-mpa-reafirma-o-compromisso-de-luta-e-resistencia-contr-a-reforma-da-previdencia.html>>. Acesso em: 04 abr. 2018.

⁹ Ver link: <<http://www.mtst.org/mtst/boulos-como-a-reforma-trabalhista-aprofunda-a-desigualdade-social/>>. Acesso em: 04 abr. 2018.

¹⁰ Ver: <<https://www.une.org.br/noticias/reforma-trabalhista-que-cassa-direitos-passa-na-camara-e-inflama-greve-geral/>>. Acesso em: 04 abr. 2018.

¹¹ Ver: <<http://www2.planalto.gov.br/acompanhe-planalto/noticias/2017/04/fiesp-apoia-mudancas-na-legislacao-trabalhista>>. Acesso em: 04 abr. 2018.

¹² Ver: <https://www.huffpostbrasil.com/2016/09/24/mbl-se-reune-com-governo-temer-em-apoio-a-reforma-trabalhista-e_a_21698763/>. Acesso em: 04 abr. 2018.

¹³ Em entrevista à revista *Época*, em outubro de 2016, a economista Monica de Bolle fez a seguinte afirmação: “A gente passou dessa situação para outra, em que hoje há uma ideia do que fazer para “consertar” o Brasil, com uma agenda de reformas, o que já é uma melhoria”. Disponível em: <<http://epocanegocios.globo.com/Economia/noticia/2016/10/monica-de-bolle-esta-na-hora-de-levar-pec-para-o-bar.html>>. Acesso em: 29 jun. 2017.

comunicação, a grande mídia, a Internet e as dinâmicas políticas. A partir dessas considerações, este trabalho tem como proposta a apreensão do modo como esses intelectuais midiáticos entram na disputa pela definição do real, pautando os temas a serem destacados, discutidos e reverberados.

O termo “intelectuais midiáticos” pareceu-nos propício para a caracterização de um conjunto de agentes que ocupa uma zona fronteira – entre o campo intelectual e o campo jornalístico –, sendo, portanto, os mais “intelectuais dos jornalistas” e os mais “jornalistas dos intelectuais” (PINTO, 2009). Essa definição, proposta por autores como Pinto (2009), coloca em discussão uma transformação no papel social do intelectual, até então ligado a uma tradição crítica. Com meios de comunicação como a televisão – e podemos acrescentar a Internet –, a lógica do espetáculo, segundo Pinto, seduziria alguns intelectuais modificando a dinâmica dos campos. Assim, esses intelectuais midiáticos seriam um conjunto de profissionais que atuam recorrentemente em uma zona fronteira, na qual as diferenças são atenuadas e o acúmulo de capital se dá de forma relativamente heterogênea. Tais agentes atuariam, então, no processo de ratificação e reiteração de determinados projetos para o país, sendo difusores de uma *doxa* forjada em um espaço no qual agentes provenientes de diferentes campos sociais estabelecem trocas.

Nesse sentido, esta pesquisa apresenta como objeto de investigação os colonistas de economia, especificamente os economistas, dos principais jornais do país – *Folha de S. Paulo*, *O Estado de S. Paulo* e *O Globo*. Estudamos essas figuras a partir da análise entre a dinâmica de suas posições – as relações que estabelecem com outros poderes (econômicos, políticos, acadêmicos) e no interior do campo midiático – e as respectivas tomadas de posição sobre assuntos polêmicos, no caso, suas opiniões sobre a reforma da previdência e a trabalhista. Dessa forma, buscamos dar inteligibilidade sociológica para os posicionamentos adotados por esses colonistas.

Ademais, a partir da análise dos recursos mobilizados por esses intelectuais midiáticos e das estratégias discursivas adotadas por cada um, foi possível compreender não apenas as posições que eles ocupam nas teias de relações, mas também a forma como o campo jornalístico/midiático se organiza contemporaneamente – inclusive, no que diz respeito à posição da imprensa escrita no interior de tal campo.

Para tanto, esta pesquisa foi realizada seguindo as etapas: 1) levantamento dos colonistas economistas que se posicionaram sobre as reformas nos três jornais apontados; 2) investigação de suas trajetórias profissionais e políticas, a partir de seus currículos

disponibilizados em páginas pessoais de redes sociais, currículos online, descrições nos sites para os quais escrevem. O objetivo foi levantar os veículos de comunicação em que trabalham, a atuação em cargos públicos ou em instituições do mercado, a relação com partidos e movimentos sociais, o pertencimento a *think tanks* e agências de consultoria; 3) análise da *doxa* construída pelos dois polos do debate em torno das reformas, buscando estabelecer os pares de oposição construídos; 4) esboço do posicionamento desses intelectuais midiáticos no espaço social a partir dos dados anteriores.

O jornalismo econômico no Brasil

Os principais jornais do país – *Folha de S.Paulo*, *Estado de S. Paulo* e *O Globo* – apresentam em suas páginas impressas e online um conjunto de colunistas de política e economia dedicados a construir explicações sobre o país e o mundo assim como a apontar soluções para os problemas contemporâneos.

Desse conjunto, uma parcela tem se destacado nos últimos anos por sua formação em economia. Foi na década de 1970 que o jornalismo econômico tal como conhecemos hoje começou a tomar forma (ABREU, 2003, p. 10). Ainda que anteriormente os jornais tivessem o hábito de divulgar notícias ligadas à economia, especialmente ao mundo agrícola, foi nos anos 1960-1970 que os jornais intensificaram a editoria, com a ampliação dos temas abordados e do espaço destinado aos assuntos relacionados.

O crescimento do jornalismo econômico nesse período é atribuído ao contexto de censura do regime militar, que levou os donos de jornais a substituir o noticiário político pelas informações econômicas e internacionais (Ibid., p. 26), supostamente mais difíceis de serem censuradas. Isso porque os governos militares viriam menos risco nesse conteúdo, já que era voltado a um público mais específico. Além disso, segundo Abreu, alguns empresários do ramo midiático perceberam o contexto favorável à criação de periódicos especializados, “dirigidos a um público de tomadores de decisão, tecnocratas e formadores de opinião” (Ibid., p. 26). Essas afirmações são baseadas em estudos que demonstram o aumento relativo das notícias de economia e internacional em relação às de política nacional (SCAVONE; BELLONI; GARBAYO, 1975 apud ABREU, 2003, p. 26).

A própria importância dos economistas na sociedade brasileira é observada como crescente no período pós-1964, quando eles passaram a ter o espaço antes conferido aos políticos:

As alterações havidas na posição desses profissionais na sociedade brasileira do pós-1964 estão relacionadas, em grande parte, com mudanças efetuadas nos cursos universitários, na implantação dos cursos de pós-graduação e, paralelamente, com o envio de estudantes e professores ao exterior para fazer doutorado. Os cursos de pós-graduação propiciaram aos economistas acesso a postos de gestão e planejamento no aparato estatal. Vale lembrar que técnicos e economistas vinham participando de órgãos governamentais e influenciando decisões relativas ao desenvolvimento econômico do país desde os anos 1930 (ABREU, 2003, p. 25).

Entretanto, se, nesse período, os jornalistas viviam um espírito de engajamento político e oposição ao regime militar, posteriormente, em 1990, essa postura se transformaria em posições desengajadas e atitudes mais apolíticas (Ibid., p. 68). É certo que essa transformação se relaciona aos processos de modernização da imprensa ocorridos nas décadas anteriores nos diferentes jornais assim como com a disputa entre gerações diferentes de jornalistas – questões que têm sido temas de diversas pesquisas (RIBEIRO, 2003; BARBOSA, 2007; BERGAMO, 2011; CHIARAMONTE, 2015; MORAES, 2017).

A profissionalização do jornalismo – com a implementação de regimes de dedicação exclusiva e salários maiores, com a obrigatoriedade do diploma a partir de 1969 e a inserção de técnicas de apuração e redação herdeiras do modelo norte-americano de jornalismo – foi aos poucos modificando as dinâmicas internas das redações¹⁴. Esse processo ensejou, mais tarde, uma disputa entre os jornalistas antigos – que viveram a fase de engajamento político e de censura do regime militar assim como os períodos anteriores, mais românticos da imprensa, por sua proximidade com a literatura – e os novos profissionais – formados nas faculdades de jornalismo e inseridos na imprensa já em um momento de despolitização da figura do jornalista (BERGAMO, 2011; MORAES, 2017).

Apesar dessa disputa, os novos paradigmas profissionais influenciaram a todos dentro das redações. Os jornalistas econômicos, antes ligados a partidos de esquerda (como o PCB ou PCdoB) e a movimentos de inspiração marxista, tornaram-se mais distantes da postura militante – haja vista, figuras como Míriam Leitão. Porém, é preciso ressaltar que mesmo à época da ditadura, esses jornalistas tentavam conciliar a militância, a busca por determinada autonomia e a necessidade de garantir o emprego e as condições mínimas de trabalho, lidando, assim, de forma ambígua com a censura (ABREU, 2003, p. 30).

¹⁴ Aliás, segundo Duval (2004, 301), o jornalismo defensor da economia liberal e dos grupos sociais simultaneamente bem providos de capital econômico e cultural não seria facilmente desenvolvido sem uma série de transformações que ocorreram no mundo jornalístico: como o crescimento do poder dos grandes grupos industriais e financeiros, a rotinização do profissionalismo, o desenvolvimento das práticas de marketing – mudanças que têm reduzido cada vez mais a autonomia do campo jornalístico em relação ao mundo econômico.

Desde então, a relação entre jornalistas econômicos e suas fontes se construiu a partir de uma relativa dependência. Com a inserção intensificada da editoria de economia nos principais jornais do país assim como com o aumento de seu prestígio, os jornalistas tiveram que se adaptar a essa realidade, aprendendo sobre o assunto de forma quase que autodidata, a partir da relação com as próprias fontes (Ibid.). Os técnicos que atuavam em empresas públicas e privadas, os ministros da Fazenda, os economistas de instituições de pesquisa e ensino, e os empresários ofereciam não apenas informação e dados aos jornalistas, mas também explicações e lições sobre o tema, em almoços, entrevistas, seminários etc. (Ibid.; ABREU, 2006, p. 86).

Alzira Alves de Abreu explicita a relação de dois ministros da Fazenda do regime militar e a imprensa: Delfim Netto e Mario Henrique Simonsen. O primeiro controlava fortemente as informações governamentais disponibilizadas aos meios de comunicação:

Ele conversava pessoalmente com os editores de economia e exercia seu poder de ‘economista brilhante’ passando a imagem de que só conversava com jornalistas altamente qualificados. Tornava-se assim motivo de vaidade e orgulho profissional ser eleito para conversar com o ministro. Essa era uma das estratégias de manipulação utilizadas pelo poder (ABREU, 2003, p. 29).

Por outro lado, Simonsen é retratado como oposto a Delfim Netto, já que permitia a contestação da política econômica assim como apreciava o debate, adotando uma postura de convencimento dos jornalistas. “Eu achava o máximo ter ‘aula’ com ele todos os dias”, afirmou Lilian Witte Fibe (ABREU, 2003, p. 51). Ainda que a respeitasse, Fibe afirmou que o ministro não gostava muito dela, pois era muito “inquisidora”, e as autoridades não estavam acostumadas com isso (Ibid.). Da mesma forma, essa figura seria, posteriormente, a referência de Míriam Leitão. “Mas se você ligasse para ele e dissesse: ‘Não estou entendendo o que está acontecendo’, ele lhe dava uma aula brilhante”, afirmou a jornalista na entrevista publicada no livro *Elas ocuparam as redações* (ABREU, 2006, p. 90).

Ambos os relatos evidenciam a relação de dependência, medo e admiração entre os jornalistas econômicos e suas fontes. Se, com a redemocratização, o medo da censura foi abolido, os outros dois sentimentos parecem ter permanecido. Apesar do prestígio e da relativa autonomia conquistados, os colunistas de economia dos jornais ainda possuíam dependência de um restrito número de fontes, nos anos 1990 – situação que aparentemente se mantém nos dias atuais, haja vista a repetição de determinados *experts* nas páginas dos principais jornais. Além disso, nos anos 1990, as empresas intensificaram suas assessorias de imprensa, dedicadas a aumentar a inserção de notícias positivas nos jornais,

funcionando como *lobbies* e *contralobbies* (ABREU, 2003, p. 65). “Os empresários entenderam que precisam de uma comunicação competente com os centros de poder e decisão, com o Congresso e o público consumidor, o que os levou a investir na produção de informação” (ABREU, 2003, p. 65).

Contemporaneamente, esse panorama do jornalismo econômico se apresenta de forma ainda mais complexa. Uma busca preliminar nos acervos dos principais jornais do país – *Folha de S.Paulo*, *Estado de S. Paulo* e *O Globo* – demonstra que o número de citações da palavra “economista” cresceu vertiginosamente entre os anos 1960 e 2000. Na década de 1960, o jornal *O Globo* fez menção à palavra 4.942 vezes, já nos anos 2000, esse número foi para 16.699 – ou seja, mais do que triplicou. O crescimento foi ainda mais intenso nos jornais paulistas: na *Folha*, as citações subiram de 2.534, nos anos 1960, para 18.320 – ou seja, intensificou-se 7 vezes mais; no *Estadão*, elas foram de 2.336 para 28.772, em 50 anos – 12 vezes mais¹⁵.

Mais do que isso, a relevância e o prestígio da editoria de economia dentro das redações jornalísticas também continuam crescendo. Alguns investimentos das empresas de comunicação ilustram essa afirmação. Em 1991, a Agência Estado – pertencente ao grupo Estado e criada em 1970 – incorporou a empresa *Broadcast*, voltada para a produção de informações econômicas em tempo real. O sistema, então, tinha clientes como a Bradesco Corretora e o Unibanco (ESTADÃO, 1991, p. 10). O *Broadcast* já era, antes da incorporação, um difusor que transmitia diversos serviços ao sistema financeiro, como cotações; sinopses de jornais e informações instantâneas dos bastidores do mercado, produzidas na época, por Luiz Nassif; gráficos comentados; e outras ferramentas úteis na decisão de qual ação comprar ou vender (ESTADÃO, 1988, p. 31).

Mas foi só nos anos 2000 que o serviço começou a se popularizar. Em 2006, a Agência Estado lançou o *AE Broadcast Investidor Pessoal* e o *AE Móvel*, com a proposta de alcançar também as pessoas físicas não profissionais (ESTADÃO, 2006). Em 2009, o *Broadcast* já era responsável por 80% da receita da Agência Estado (ESTADÃO, 2009, p. 4), com 15 mil terminais pelo Brasil. Já em 2011, quando 98% dos usuários do *AE*

¹⁵ Apenas em termos de comparação, a mesma busca foi efetuada para o termo “advogado”, profissão que sempre teve espaço na imprensa brasileira. No jornal carioca, a palavra teve 17.225 menções, nos anos 1960, e 35.296, na década de 2000 – ou seja, apenas dobrou; na *Folha* e no *Estadão*, os números cresceram aproximadamente 4 vezes, passando de 9.007 citações a 36.852 e de 9.873 a 38.025, respectivamente. Se nos anos 1960, a referência aos advogados era de 3,5 a 4,5 vezes maior do que aos economistas, nos anos 2000, essa proporção passou a ser no máximo o dobro.

Broadcast eram profissionais de instituições financeiras, o Grupo lançou o *Estadão Broadcast*, com notícias, análises, gráficos, cotações e outras ferramentas para investidores individuais, pequenos e médios (ESTADÃO, 2011). Atualmente, a empresa conta com uma diversidade de produtos no ramo – o *Broadcast Político*, o *Broadcast Agro*, o *Trading News*, o *Broadcast Web* e o *Broadcast Datafeed* –, todos destinados a oferecer as informações estratégicas na decisão da compra ou venda de ações no mercado financeiro assim como das negociações do agronegócio¹⁶. Em 2013, o *Valor Econômico* – fruto de uma parceria entre o *Grupo Folha* e o *Grupo Globo* – também lançou sua plataforma de notícias financeiras em tempo real, o *Valor PRO*.

Esses novos produtos das empresas de comunicação modificaram, inclusive, as rotinas de produção e divulgação das notícias, de forma tão ou mais intensa do que os sites e portais dos jornais. Com atualizações a cada segundo e mensagens de apenas 90 caracteres, o *Broadcast* emprega hoje um número significativo de jornalistas do *Grupo Estado*. A editoria de economia conquistou um espaço tão prestigioso dentro do *Estadão* que, em 2010, o Grupo lançou o curso de Jornalismo Econômico – vulgarmente denominado como curso *Focas* –, voltado para jornalistas recém-formados ou estudantes do último ano da graduação em jornalismo. Em parceria com a Fundação Getúlio Vargas (FGV), o curso oferece aulas teóricas com os professores da instituição assim como treinamento nas diferentes plataformas jornalísticas da empresa: *Agência Estado*, *Broadcast*, sites e jornal impresso¹⁷. Após os três meses de curso, os aproximadamente 25 trainees podem ser contratados para trabalhar nas redações, em especial, da *Agência Estado*, da qual faz parte o *Broadcast*.

No site do *Valor Pro*, a proposta da plataforma é colocada nos seguintes termos: “Completa cobertura em tempo real com notícias exclusivas, análises, furos e bastidores sobre economia, negócios, política, empresas, finanças, entre outros temas, produzidos por uma especializada equipe de jornalistas e economistas”¹⁸. Nesse sentido, é possível conjecturar que, hoje, a prioridade das empresas de comunicação em termos do furo e da informação exclusiva se destine mais a esses serviços pagos¹⁹ do que aos jornais impressos,

¹⁶ Ver: <http://broadcast.com.br/>. Acesso em: 04 set. 2018.

¹⁷ Ver: <https://brasil.estadao.com.br/blogs/em-foca/curso-estado-de-jornalismo-economico/>. Acesso em: 04 set. 2018.

¹⁸ Ver: <https://www.valorpro.com.br/>. Acesso em: 04 set. 2018.

¹⁹ A mensalidade do *Valor Pro* é de R\$ 1.270,00 enquanto a do *Broadcast* voltado para pessoa física varia de R\$ 260,00 a R\$ 1.500,00, dependendo dos serviços adquiridos.

tendo em vista a representatividade desses produtos nas receitas internas²⁰ acompanhada da queda de assinaturas de jornais²¹.

Como Duval (2004, p. 18) argumenta, o desenvolvimento do jornalismo econômico está atrelado ao crescimento do poder do pensamento econômico e liberal, de modo que essa editoria se configura como uma espécie de vanguarda do mundo jornalístico. A difusão de um vocabulário, mas, mais do que isso, de um modo de pensar típico do mundo econômico não teria, nesse contexto, apenas influenciado o discurso jornalístico, mas também outras esferas, como a política, a educação, a saúde, o esporte e a cultura, de modo que todos os domínios parecem impregnados pelo pensamento administrativo e pela lógica da gestão (Ibid.).

Nesse contexto, as colunas de economia ocupam um papel de prestígio, mas também estratégico economicamente, na imprensa brasileira. Esses espaços são ocupados por jornalistas de economia e também por *experts*, ou seja, economistas com ampla formação acadêmica e experiências em diversos setores da economia e da política.

Os economistas: os colunistas *experts*

Dos colunistas que fornecem suas *griffes*²² aos periódicos analisados neste trabalho, alguns são economistas, a maioria com doutorado em economia em instituições prestigiadas e internacionais, como Universidade de São Paulo (USP), Harvard, London School of Economics (LSE) e New School for Social Research²³. No *Estadão*, há seis

²⁰ Em 2009, reportagem do jornal *O Estado de S. Paulo* afirmou que o Broadcast já representava 80% da receita da Agência Estado (ESTADÃO, 2009, p. 4).

²¹ Entre 2014 e 2017, o *Estadão* perdeu 34.153 assinaturas, a *Folha* perdeu 86.716 e *O Globo*, 109.848. O *Valor Econômico* foi o jornal que menos perdeu assinantes, nesse período, com uma redução de 605. Ver: <https://www.poder360.com.br/midia/tiragem-imprensa-dos-maiores-jornais-perde-520-mil-exemplares-em-3-anos/>. Acesso em: 04 set. 2018.

²² Em entrevista publicada no livro *Eles mudaram a imprensa – depoimentos ao CPDOC*, Augusto Nunes fala sobre a importância da *griffe* nos jornais, ou seja, da assinatura de conteúdo por parte de algum jornalista prestigiado na busca por leitores: “Para diferenciar o jornal dos outros veículos, para que ele tenha o seu espaço num mercado em que estão o rádio, a revista e a televisão, você tem de usar *griffes*. E a *griffe* estará associada a fórmulas imortais, como entrevistas e perfis. (...) Mas uma *griffe* fará as perguntas certas, escreverá um belo perfil, e o leitor vai ler com atenção” (ABREU et al., 2003, p. 324). Os colunistas também oferecem tal *griffe* aos jornais, recebendo os melhores salários dentro da redação assim como ocupando um lugar de prestígio. É possível perceber que a intensificação dos *experts* – ou seja, de não jornalistas, especializados em áreas como economia, ciência política, sociologia, direito, filosofia etc. – nas colunas dos jornais tem redirecionado o peso da *griffe* para essas figuras que não têm a formação e nem a longa experiência no jornalismo.

²³ O departamento de economia da *The New School for Social Research* se apresenta como um dos poucos programas de pós-graduação do mundo que enfatiza disciplinas como história econômica, economia política e história da economia, incluindo abordagens keynesiana, pós-keynesiana, marxista, estruturalista e outras

economistas: Monica de Bolle, Gustavo H.B. Franco, Affonso Celso Pastore, Claudio Adilson Gonzalez, José Roberto Mendonça de Barros e Zeina Latif. Na *Folha de S.Paulo*, eles também são seis: Alexandre Schwartzman, Samuel Pessôa, Marcos Lisboa, Laura Carvalho, Nelson Barbosa, Delfim Netto. Já no jornal *O Globo*, apenas um colunista é economista: Gustavo H.B. Franco, também articulista do Estadão. Os diplomas de prestígio se convertem, assim, em legitimidade na elaboração de análises conjunturais, críticas e sugestões às políticas implementadas no país. Com tal legitimidade, esses nomes não se restringem às suas próprias colunas, mas circulam como fontes dos três jornais bem como de canais de televisão, como a Globo News.

Se a extensa formação acadêmica os legitima a ocupar as páginas dos principais jornais do país, não é nesse espaço que eles constroem primordialmente suas carreiras, ao contrário do que ocorre, por exemplo, com os colunistas formados em jornalismo. Os doutores figuram, assim, como professores em instituições de ensino superior públicas e privadas do país, caracterizadas, especialmente, pela formação de uma elite do campo econômico. Gustavo Franco e Monica de Bolle foram professores da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-RJ). Samuel Pessôa, Affonso Celso Pastore e Nelson Barbosa atuam como docentes na Fundação Getúlio Vargas (FGV), por onde já passaram Marcos Lisboa e Laura Carvalho. Zeina Latif deu aulas no MBA do Ibmec, instituição pela qual Pastore também já passou, e na Universidade Mackenzie. Alexandre Schwartzman passou pelo Insper, pela PUC de São Paulo e pela USP. No Insper, Marcos Lisboa é presidente. E, na Universidade de São Paulo, José Roberto Mendonça de Barros e Delfim Netto fizeram carreira, lecionando por mais de 30 anos. Nelson Barbosa ainda passou por universidades federais, como a Universidade de Brasília (UnB), a Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e a Universidade Federal Fluminense (UFF). Além disso, alguns nomes lecionaram também em instituições estrangeiras: José Roberto Mendonça de Barros na *Ohio State University*, Marcos Lisboa na *Stanford University*, Nelson Barbosa na *St. Francis College* e na *New School for Social Research*.

Além da academia, esses colunistas circulam também por posições de importância política bem como já ocuparam postos em bancos e instituições do sistema financeiro. Laura Carvalho é o único nome destoante, já que não assumiu nenhum cargo político e

heterodoxas. Ver: <<https://www.newschool.edu/nssr/economics/>>. Acesso em: 18 set. 2018. É interessante notar que por ele passaram justamente os economistas Nelson Barbosa e Laura Carvalho, cujas tomadas de posição foram divergentes em relação aos outros colunistas economistas.

nem passou pelo mercado, dedicando a carreira à universidade e às intervenções na imprensa.

Delfim Netto ocupou os principais cargos de política econômica durante o regime militar: Ministro da Fazenda (1967-1974), Embaixador do Brasil na França (1974-1978), Ministro da Agricultura (1979), Ministro do Planejamento (1979-1985), além de ter sido deputado federal (Constituinte: 1987-1991; 1991-2007). De maneira semelhante, Affonso Celso Pastore também alcançou postos de destaque durante a ditadura militar: foi o último presidente do Banco Central do regime (1983-1985), além de ter atuado como assessor do Ministério da Fazenda e do Planejamento, entre 1967 e 1973.

Na década de 1980, após a redemocratização, Carlos Adilson Gonçalves participou das equipes econômicas de Luiz Carlos Bresser-Pereira (1987) e Mailson da Nóbrega (1988-1990) no Ministério da Fazenda. Já na década seguinte, Gustavo Franco chegou a postos de prestígio como presidente e diretor de assuntos internacionais do Banco Central e secretário adjunto de política econômica do Ministério da Fazenda (1993-1999). No mesmo período, José Roberto Mendonça de Barros foi secretário de política econômica do Ministério da Fazenda (1995-1998) e secretário-executivo da Câmara de Comércio Exterior da Presidência da República (1998).

Já nos anos 2000, quem integrou a equipe econômica dos governos foi Nelson Barbosa, como chefe adjunto da assessoria econômica do Ministério do Planejamento (em 2003); assessor da presidência do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (BNDES) (2005-2006); secretário adjunto de política econômica (2006-2007), secretário de acompanhamento econômico (2007-2008), secretário de política econômica (2008-2010), secretário executivo (2011-2013) no Ministério da Fazenda; ministro do Planejamento (2014) e da Fazenda (2015); presidente do conselho de administração do Banco do Brasil (2009-2013). Além dele, Marcos Lisboa assumiu a secretaria de política econômica do Ministério da Fazenda, entre 2003 e 2005; e Alexandre Schwartzman foi diretor de assuntos internacionais do Banco Central, entre 2003 e 2006.

Quanto aos cargos no sistema financeiro e em instituições privadas, Barros foi membro do comitê estratégico da Vale do Rio Doce, integrante membro do conselho consultivo da FEBRABAN e do conselho consultivo/administrativo do Banco Santander. Com extensa experiência em bancos, Schwartzman passou também pelo Santander, pela BBA Corretora, pela Indosuez WI Carr Securities e pelo Banco ABN Amro Real. Da mesma forma, Zeina Latif foi economista-chefe do ING Bank, do Banco Real, do HSBC

e do banco Bilbao Viscaya, assim como trabalhou no Royal Bank of Scotland. Marcos Lisboa foi diretor-executivo e vice-presidente do Itaú Unibanco. Monica de Bolle trabalhou no Banco BBM e foi economista do Fundo Monetário Internacional (FMI).

Da mesma forma, alguns desses colunistas integram ou integraram as equipes formuladoras dos programas de governo de candidatos à presidência do Brasil. José Roberto Mendonça de Barros participa da equipe econômica da campanha de Geraldo Alckmin, de 2018²⁴; Samuel Pessôa contribuiu na formulação da campanha de Aécio Neves, em 2014²⁵. Após 28 anos como filiado ao PSDB, Gustavo Franco se transferiu para o Partido Novo e é um dos responsáveis pelo plano de governo de João Amoêdo²⁶. Claudio Adilson Gonzalez foi o nome escolhido pelo presidente da Câmara, Rodrigo Maia – do DEM, partido com o qual Gonzalez mantém relações –, para discutir um possível apoio a Ciro Gomes²⁷. O economista afirmou, porém, que as posições eram irreconciliáveis e o partido acabou apoiando a candidatura de Alckmin. Já Marcos Lisboa não se vincula a uma campanha específica, mas mantém um diálogo com diferentes candidatos, como Rodrigo Maia e Marina Silva²⁸. Por outro lado, Nelson Barbosa e Laura Carvalho alinham-se às campanhas dos candidatos mais à esquerda do espectro político – Fernando Haddad, do PT²⁹; e Guilherme Boulos, do PSOL³⁰, respectivamente.

Essas trajetórias, aqui apresentadas de forma sintética, ilustram o movimento de portas giratórias entre instituições de ensino, mídia, bancos e cargos de importância política. Se os diplomas de prestígio possibilitaram a essas figuras a ocupação de postos decisivos no campo econômico e político, as experiências profissionais alcançadas nesses postos os tornam atrativos para instituições, especialmente, privadas de graduação, pós-graduação e economia. Mas, além disso, os currículos e as trajetórias assim construídas os

²⁴ Ver: <https://oglobo.globo.com/economia/alckmin-anuncia-bacha-jose-roberto-alexandre-mendonca-de-barros-para-equipe-de-campanha-22690773>. Acesso em: 04 set. 2018.

²⁵ Ver: <https://politica.estadao.com.br/noticias/geral,economista-da-fgv-confirma-trabalho-com-aecio,1148188>. Acesso em: 04 set. 2018.

²⁶ Ver: <https://www.gazetadopovo.com.br/eleicoes/2018/idealizador-do-plano-real-vira-garoto-propaganda-do-presidenciavel-da-nova-direita-19e4lqwbbg4t7zkcrm27zzxvb>. Acesso em: 04 set. 2018.

²⁷ Ver: <https://politica.estadao.com.br/noticias/geral,economista-ligado-ao-dem-rejeita-ideias-de-ciro-em-reuniao-com-assessor,70002406784>. Acesso em: 04 set. 2018.

²⁸ Ver: < <https://epoca.globo.com/economia/noticia/2018/02/quem-sao-os-conselheiros-economicos-dos-pre-candidatos-presidencia.html>>. Acesso em: 15 set. 2018.

²⁹ Ver: < <https://www.gazetadopovo.com.br/eleicoes/2018/quem-sao-os-gurus-de-economia-dos-presidenciaveis-e-como-eles-podem-mexer-no-seu-bolso-dscb5pjboertzowj4jqcva1iv>>. Acesso em: 15 set. 2018.

³⁰ Ver: < <https://www.diariodocentrodomundo.com.br/essencial/economista-laura-carvalho-entra-na-campanha-de-boulos-vamos-entregar-um-programa-de-combate-as-desigualdades/>>. Acesso em: 15 set. 2018.

permitem também o acúmulo de capital para a atuação como consultores em agências de consultoria próprias ou não. Todos eles são sócios, diretores, presidentes ou economistas-chefes de agências de consultoria, cujo foco de atuação é a orientação de processos decisivos – seja de grandes empresas, políticos, instituições midiáticas ou até mesmo de ensino.

A essas múltiplas atuações, soma-se ainda a participação em *think tanks*, caracterizados genericamente como “instituições permanentes de pesquisa e análise de políticas públicas que atuam a partir da sociedade civil, procurando informar e influenciar tanto instâncias governamentais como a opinião pública no que tange à adoção de determinadas políticas públicas” (ROCHA, 2015, p. 262). Nesse sentido, esses institutos atuam na formulação de ideias e soluções com vistas a influenciar tanto formuladores e implementadores de políticas públicas quanto jornalistas e seus públicos. Dessa maneira, buscam também traduzir para uma linguagem mais acessível os resultados de pesquisas, exercendo influências estratégicas em agentes sociais e políticos decisivos. A participação dos colunistas analisados neste trabalho se dá, especialmente, no *Instituto Millenium*.

O ranking *2017 Global Go To Think Tank Index Report*³¹ posiciona o Instituto Millenium entre os 50 principais *think tanks* da América Latina (34º lugar)³². Apresentando-se como um instituto sem fins lucrativos e sem vinculação político-partidária, ele defende valores como “liberdade individual, direito de propriedade, economia de mercado, democracia representativa, Estado de Direito e limites institucionais à ação do governo”³³. Embora negue a vinculação partidária, fazem parte da sua Câmara de Fundadores, nomes vinculados, em 2018, com programas de governo de candidaturas mais à direita do espectro político, como: Gustavo Franco, colunista que compõe o nosso objeto de estudo e responsável pelo plano de João Amoêdo; o sociólogo Luiz Felipe D’Ávila, coordenador de campanha de Geraldo Alckmin; Paulo Guedes, já confirmado

³¹ Formulado pelo *Think Tanks and Civil Societies Program* da Universidade da Pennsylvania, esse ranking tem como objetivo avaliar o papel dos *think tanks* nos governos e na sociedade civil em países diferentes, de maneira a intensificar a rede de instituições e ampliar a conexão entre o conteúdo produzido por elas e as políticas públicas implementadas nesses países. Ver: <https://www.gotothinktank.com/history-and-mission>. Acesso em: 04 set. 2018. Dessa maneira, o ranking não apenas confere, em alguma medida, prestígio a esses institutos como também contribui para o estabelecimento de uma rede.

³² À sua frente, estão os brasileiros: Fundação Getúlio Vargas (em 1º lugar); Centro Brasileiro de Relações Internacionais (CEBRI) (em 3º); Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) (em 10º); Instituto Fernando Henrique Cardoso (iFHC) (em 12º); Centro Brasileiro de Análise e Planejamento (CEBRAP) (em 18º); BRICS Policy Center (em 20º); e Núcleo de Estudos da Violência (NEV) (em 30º).

³³ Ver site oficial do Instituto em: <<http://www.institutomillennium.org.br/institucional/quem-somos/>>. Acesso em: 04 set. 2018.

como ministro da Fazenda em um eventual governo de Jair Bolsonaro; e Henrique Meirelles, candidato à presidência pelo MDB.

Assim, entre *think tanks*, veículos de comunicação, cargos políticos e econômicos, instituições de ensino e pesquisa, esses colunistas vão construindo um circuito de troca de ideias e propostas, uma rede de contatos e influências bem como relações de hierarquia, concorrência e cooperação. Nesse sentido, os jornais em que escrevem se configuram, em alguma medida, como vitrines e propagadores de pensamentos econômicos e visões de mundo formuladas em instituições que têm, para além de seus objetivos mais óbvios – ou seja, ensino, pesquisa, execução de políticas públicas, gestão financeira, produção de informação etc. –, o papel de promover a sociabilidade de uma certa elite do pensamento econômico e, conseqüentemente, uma determinada hegemonia desse pensamento.

O pensamento dominante “pró-reformas”

Os colunistas economistas pró-reformas³⁴ não constituem um grupo homogêneo somente do ponto de vista de suas trajetórias, mas também no modo como concebem a economia – o que se deve, como dito, à sua circulação nos mesmos espaços. Defendem, em uníssono, a execução de medidas de salvação das contas públicas cujo objetivo é a redução dos gastos do governo federal nesse momento de crise pelo qual o país vem passando. Nesse sentido, celebram, em suas colunas, a aprovação da PEC 241 (ou PEC 55), em dezembro de 2016, e da reforma trabalhista, em julho de 2017, prescrevendo enfaticamente também a necessidade da reforma da Previdência.

A PEC 241 e as reformas trazem, para os economistas, a certeza de que gastos desnecessários com privilégios para determinados grupos sociais (o que em seus textos aparece como “meia-entrada”³⁵) sejam extirpados. Consideram uma questão de justiça social o corte de benefícios dos grupos que julgam privilegiados. Entendem, assim,

³⁴ Da *Folha*: Samuel Pessôa, Alexandre Schwartzman, Delfim Netto e Marcos Lisboa. Do *Estadão*: Zeina Latif, Gustavo Franco, Monica de Bolle, Affonso Celso Pastore, Claudio Adilson Gonzalez e José Roberto Mendonça de Barros. Do *Globo*: Gustavo Franco.

³⁵ Segundo matéria da *Folha de S.Paulo*, Marcos Lisboa e Zeina Latif – dois economistas que fazem parte da amostra aqui estudada – desenvolveram essa teoria em artigo acadêmico escrito em inglês e publicado em 2013: <<https://www1.folha.uol.com.br/fsp/poder/121594-pais-da-meia-entrada.shtml>>. Acesso em: 16 set. 2018. O artigo está disponível em: <https://www.insper.edu.br/wp-content/uploads/2013/07/2013_wpe311.pdf>. Acesso em: 16 set. 2018. A utilização do termo é comum entre os economistas pró-reforma.

adotando uma perspectiva liberal, que o Estado deve ser menor, retirando da sua tutela militares, servidores públicos, universidades públicas, juízes, congressistas etc.

No contexto de aprovação da PEC 241, que congela os gastos públicos por até 20 anos (podendo ser revisada depois de 10 anos), com cifras corrigidas pela inflação do ano anterior, a Previdência – responsável, segundo os economistas, por até 40% do total dos gastos primários – impõe-se como prioridade na agenda de reformas. Inclusive, ela é apontada, entre os adeptos da teoria da “meia-entrada”, como o principal ponto de drenagem de recursos.

Além da necessária redução dos custos com a Previdência, a reforma das aposentadorias é também importante, para os economistas, devido ao aumento da expectativa de vida no país. De acordo com eles, o sistema atual deve se adaptar às mudanças demográficas, caso contrário, em um futuro não tão distante, os jovens que sustentam o sistema terão que trabalhar mais e, mesmo assim, viverão com um padrão de vida mais baixo do que o de seus pais. Comparações com o Japão – que, apesar de ter mais idosos que o Brasil, gasta 13% menos do PIB com a Previdência – servem para dar corpo ao seu argumento³⁶.

Para os *experts*, a aprovação da reforma trabalhista significa um triunfo das medidas pró-mercado sobre a rigidez da CLT. Com a flexibilização das leis, há abertura para celebração de acordos entre capital e trabalho, supostamente elevando a empregabilidade e possibilitando o crescimento econômico. A modernização da legislação geraria, ainda, uma maior produtividade do trabalho, o que redundaria, da mesma forma, em desenvolvimento econômico. Mais uma vez, a condução de reformas é vista pelos economistas como uma forma de destruir interesses, aqui da Justiça do Trabalho, extremamente inflada. Seguindo seus argumentos, esse braço do Estado – superdimensionado, ao não permitir, em momento anterior à reforma, que os trabalhadores negociassem diretamente com seus patrões – os consideravam incapazes diante da lei. Os sindicatos, ao se oporem à reforma, estariam, também, tomados por um espírito corporativista, que os impediam de enxergar o panorama completo da economia, tal como os especialistas na matéria – eles mesmos.

³⁶ Ver, por exemplo: < <https://www1.folha.uol.com.br/colunas/marcos-lisboa/2017/12/1943942-roleta-russa-da-previdencia.shtml>>. Acesso em: 17 de set. 2018.

Da mesma maneira que se referem à reforma da Previdência, os colunistas economistas recorrem a um terreno comum, a um fato sobre o qual todos concordam, para edificar seus pensamentos³⁷ acerca da reforma trabalhista. Para eles, é importante apontar que essa atende às mudanças que têm acontecido no mundo do trabalho, devido à introdução da tecnologia da informação e da intensificação da globalização. Ademais, conforme indicam, cada vez mais, novos tipos de trabalho não precisam ser realizados em um lugar específico, confinados na fábrica ou no escritório.

Sobre o que foi até agora apresentado, todos os colunistas de economia concordam. Eles passam a divergir quando debruçam sobre pontos específicos das reformas. As mulheres tendem a discordar, por exemplo, quando tratam da reforma da Previdência, no que concerne a uma mesma idade mínima para a aposentadoria para ambos os sexos³⁸.

É importante apontar que os *experts* rebatem, em suas colunas, críticas nominais e não nominais feitas tanto às reformas quanto ao seu próprio pensamento. Quando isso ocorre, tendem, se a crítica não foi feita por outro(a) colega colunista economista – nesse caso, apontam erros em interpretações ou desconhecimento de dados³⁹ –, a considerá-la

³⁷ No caso da reforma da Previdência, como visto, discorrem e mostram dados sobre o envelhecimento populacional.

³⁸ Monica de Bolle, por exemplo, afirma: "Exigir que a idade de aposentadoria das mulheres seja inferior à dos homens poderia aumentar a discriminação dos empregadores, que pagariam salários mais baixos para compensar a aposentadoria precoce". Disponível em: <<https://economia.estadao.com.br/noticias/geral/previdencia-sem-preconceito.70001787156>>. Acesso em: 17 set. 2018.

³⁹ Por exemplo, em conversa com Laura Carvalho, Samuel Pessoa afirma: "Laura Carvalho e eu temos debatido diversos aspectos da reforma da Previdência. Em sua resposta na quinta-feira (23), ocorreram três avanços. A fila andou. (...) A necessidade da reforma é que o montante do gasto, 13% do PIB, é absolutamente fora de padrão para economias com taxa de dependência de 13%. Adicionalmente, a dinâmica demográfica levará esse gasto para valores superiores a 20% do PIB. É necessário que a taxa de crescimento do gasto primário da União passe a ser igual à taxa de crescimento da economia. A reforma é um dos instrumentos importantes para estabilizar o gasto primário da União como proporção do produto da economia. Penso que a discordância que há entre mim e Laura é que eu vejo ligação entre crescimento permanente do gasto primário do Estado acima do crescimento do PIB —tem sido assim nos últimos 25 anos— e baixa poupança, taxa de juros reais elevadas, pressão inflacionária constante e baixo crescimento. Enquanto Laura não enxerga essa ligação. Laura é mais feliz do que eu". Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/colunas/samuelpessoa/2017/03/1869831-reformas-como-a-da-previdencia-sao-necessarias.shtml>>. Acesso em: 17 set. 2018. Mais um exemplo – a crítica de Alexandre Schwartzman a Nelson Barbosa: "Já o funeral é o da lógica. Em coluna publicada na sexta-feira (21), Nelson Barbosa aponta Portugal como um país que fez o ajuste fiscal sem 'austericídio', presumivelmente em oposição ao que se tenta fazer no Brasil. Como de hábito, faltou a Barbosa olhar os números: entre 2010 e 2016 o déficit público em Portugal caiu de 11,2% do PIB para 2,0% do PIB, com corte de despesas no período pouco inferior a 7% do PIB. No Brasil, em contraste, propõe-se uma redução de 2,0-3,0% do PIB do déficit primário no mesmo horizonte, mas aqui, por alguma razão, esse ajuste muito mais gradual é considerado 'austericídio'. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/colunas/alexandreschwartzman/2017/12/1946098-previdencia-quatro-solucoes-e-um-funeral.shtml>>. Acesso em: 17 set. 2018.

como exemplo do que falam, geralmente do modo de pensar daqueles que se beneficiam das “meias-entradas”⁴⁰.

O pensamento dominado dos “ajustes necessários”

De todos os economistas pesquisados, somente Laura Carvalho e Nelson Barbosa contrapõem-se ao pensamento econômico dominante – é interessante notar, os dois únicos que realizaram suas pesquisas de doutorado na *New School for Social Research* e que se alinharam às campanhas identificadas à esquerda do espectro político, em 2018. Ambos escrevem para a *Folha de S.Paulo*, sendo esse o único jornal que dá espaço a interpretações alternativas, ainda que, vale a ressalva, tenha um maior número de colunistas pró-reforma.

Nelson Barbosa, no início de 2016, foi Ministro da Fazenda de Dilma Rousseff. Quando estava no cargo, defendia a necessidade da realização de reformas, que, segundo ele, foram incorporadas pelo governo de Temer, mas com foco menor na arrecadação. Laura Carvalho, embora, em sua coluna, dê ênfase aos problemas das propostas colocadas em tramitação nas casas legislativas, concorda com Barbosa, que ajustes devem ser feitos para aumentar a receita do Estado.

À semelhança dos *experts* pró-reforma, Barbosa justifica a necessidade da reestruturação da Previdência com base nas mudanças demográficas que estão ocorrendo no país – queda da taxa de natalidade e aumento da expectativa de vida. Apesar de concordar, tal qual os reformistas, que há injustiça distributiva no sistema previdenciário – os funcionários públicos se aposentam em condições mais favoráveis que os do setor privado –, o ex-ministro não os caracteriza como uma elite privilegiada, que se beneficia com a “meia-entrada” concedida por um Estado paternalista. Sua argumentação pró-reformas, mas divergente do pensamento econômico dominante, fica expressa no excerto abaixo:

Há várias formas de reformar as aposentadorias, como indica nossa história recente. Por exemplo, depois de perder a votação da idade mínima por um voto, FHC criou o fator previdenciário, o que aumentou o déficit do INSS no curto prazo e não resolveu o problema de longo prazo (mas não conte isso a tucanos). Os governos que mais reformaram a Previdência de modo permanente foram do PT (mas não conte isso a

⁴⁰ Por exemplo: “Os argumentos tortuosos de que não há um problema na Previdência foram desmoralizados pelos fatos. A maior transparência dos benefícios dos servidores públicos revelou que muitos recebem mensalmente mais de R\$ 30 mil e estão no grupo dos 1% mais ricos em um país com renda média mensal abaixo de R\$ 3.000. Curiosamente, são defendidos por vários que se definem como de esquerda”. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/colunas/marcos-lisboa/2018/04/imprensa.shtml>>. Acesso em: 18 set. 2018.

petistas). Lula iniciou seu governo com uma reforma sobre os servidores civis — fixando idade mínima e criando contribuição de inativos — que, apesar de não resolver todo o problema, estabilizou o gasto federal com esses benefícios em proporção do PIB. Dilma também adotou medidas estruturais, como a criação do fundo de pensão para novos servidores civis, em 2012, e a mudança nas regras de concessão de novas pensões por mortes e auxílio-doença pagos pelo INSS, em 2015. Mesmo com os avanços dos últimos anos, todos eles nos governos do PT, ainda é preciso fazer mais na Previdência.⁴¹

É como se o economista, com o seu saber, conseguisse enxergar que a reforma da previdência está acima das questões partidárias, mas sempre salientando que foi o governo do PT o mais aberto e o promotor principal das reformas necessárias.

Quando escreve sobre a reforma trabalhista, Barbosa justifica sua importância indicando o quanto a modernização da CLT é central para aumentar a produtividade do trabalho e promover um melhor funcionamento da economia – tal como os economistas pró-reforma. Recorrendo a exemplos de outros países, assinala, da mesma maneira, que eles realizaram reestruturações tendo em vista as mudanças no mundo do trabalho decorrentes das transformações tecnológicas e da globalização. No entanto, ressalva: lá as reformas também garantiram maior segurança ao trabalhador (seguro-desemprego, alto grau de sindicalização etc.).

No que diz respeito à reforma trabalhista, o economista é mais crítico, não concorda com a que foi aprovada no governo de Michel Temer, que deixa de lado as garantias de proteção ao trabalhador. Porém, a estrutura de sua argumentação segue no mesmo caminho: demonstrar que os governos petistas foram bem mais abertos à realização dos ajustes necessários:

No Brasil, a reforma trabalhista está em discussão há muito tempo. Por exemplo, o governo Lula criou o Fórum Nacional do Trabalho, que apresentou uma proposta de emenda constitucional para a reforma trabalhista. A iniciativa não prosperou. Durante o governo Dilma, houve uma proposta mais focalizada de criação do Acordo Coletivo Especial, para promover o negociado sobre o legislado, via projeto de lei, sem sucesso. Apesar do bom desempenho do mercado de trabalho até 2014, essas duas iniciativas de reforma não prosperaram por resistências dentro do próprio movimento trabalhista. Agora temos as consequências. Quando a esquerda não faz a reforma necessária no tempo correto, ela acontece além do necessário no momento errado.⁴²

Laura Carvalho, como já foi dito, coloca-se totalmente contra as reformas propostas – e aprovadas – nos últimos anos. Quando diz ser favorável a algum tipo de reestruturação

⁴¹ Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/colunas/nelson-barbosa/2017/11/1934107-reforma-da-previdencia-e-eleicoes-de-2018.shtml>>. Acesso em: 17 set. 2018.

⁴² Disponível em: <<https://m.folha.uol.com.br/amp/colunas/nelson-barbosa/2017/06/1891351-do-jeito-que-esta-o-texto-e-melhor-nao-aprovar-a-reforma-trabalhista.shtml>>. Acesso em: 17 set. 2018.

da previdência e das leis trabalhistas, tece, diferentemente de Nelson Barbosa, uma teia de argumentações e exemplos retirados de estudos econômicos e econométricos, mas nunca chega a utilizar os exemplos comuns do discurso dominante.

Exemplo disso é a forma como a economista trata a questão da conciliação entre as transformações no mundo do trabalho – o que ela denomina “uberização” –, a garantia dos direitos trabalhistas e a manutenção do crescimento da economia. Para ela, não há dilema: as transformações não necessariamente devem levar à flexibilização; é importante pensar em como garantir os direitos dos trabalhadores nesse novo contexto⁴³, assegurando também o desenvolvimento do país.

Com relação à reforma trabalhista, Carvalho contesta a tese principal que levou à aprovação da proposta: de que a flexibilização das leis poderia levar a um maior nível de emprego e a uma maior formalização. A economista demonstra que o aumento sensível da taxa de emprego nos últimos meses se deu no setor informal; há uma substituição das vagas de emprego formais por informais. Para a professora da USP, ao prejudicar o poder de negociação dos trabalhadores, a reforma pode estar contribuindo para reforçar a estagnação dos salários, freando o consumo das famílias e a recuperação da economia. Ademais, a reforma pode estar prejudicando, inclusive, a arrecadação da previdência⁴⁴.

Sobre a reforma da Previdência, Carvalho também apresenta uma visada inédita; assinala que ela poderia aumentar as desigualdades sociais, pois afetaria mais diretamente os brasileiros que estão na base da pirâmide de distribuição de renda. Com isso, entra em polêmica com o colega de jornal Samuel Pessoa⁴⁵, que, como economista pró-reforma, defende que os mais prejudicados com a aprovação da lei serão os detentores de privilégios, as corporações dependentes do Estado.

Considerações finais

⁴³ Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/colunas/laura-carvalho/2017/04/1878808-reforma-trabalhista-nao-responde-aos-desafios-do-seculo-21.shtml>>. Acesso em: 17 set. 2018.

⁴⁴ Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/colunas/laura-carvalho/2018/08/reforma-trabalhista-pode-custar-carro-a-previdencia.shtml>>. Acesso em: 17 set. 2018.

⁴⁵ Ver os artigos: *Reforma da previdência ignora os vários Brasis*: <<https://www1.folha.uol.com.br/colunas/laura-carvalho/2017/03/1868762-reforma-da-previdencia-ignora-os-varios-brasis.shtml>>. Acesso em: 17 set. 2018. *Reformas como a da Previdência são necessárias*: <<https://www1.folha.uol.com.br/colunas/samuelpessoa/2017/03/1869831-reformas-como-a-da-previdencia-sao-necessarias.shtml>>. Acesso em: 17 set. 2018. E *Falácias previdenciárias*: <<https://www1.folha.uol.com.br/colunas/samuelpessoa/2017/03/1867807-falacias-previdenciarias.shtml>>. Acesso em: 17 set. 2018.

O vai e vem entre posições e tomadas de posição – o jornalismo de elite e a *doxa* liberal

Os colunistas economistas que constituíram o objeto dessa análise apresentam as características sociais de uma determinada elite, que circula em espaços importantes de definição de agendas políticas para o país – cargos em ministérios, em secretarias, participação nos bastidores, como elaboradores de programas econômicos de candidatos à Presidência etc. –, em agências financeiras que cuidam do dinheiro do empresariado brasileiro, e em instituições importantes de elaboração e difusão do pensamento – as universidades, os *think tanks* e os principais jornais do país. Tendo acesso a vários espaços da cadeia de produção e difusão de ideias, conseguem impor o seu quase monopólio sobre aqueles que consomem seus produtos – principalmente, a elite para a qual trabalham nas assessorias e a qual, possivelmente, é também seu principal público leitor nas colunas.

O pensamento econômico – por ter como produtores e difusores agentes que transitam entre universos tão variados, tendo as credenciais para ocupar posições dominantes nesses espaços, e também por ser expresso em uma linguagem cifrada, com base em dados trabalhados econometricamente – tem a capacidade de se impor como a forma verdadeira de explicação sobre o mundo social. Os economistas, nesse sentido, são verdadeiros sacerdotes⁴⁶, que anunciam com base em previsões que não podem ser comprovadas por um não iniciado, os humores do mercado. Suas falas (suas escritas) têm um forte poder performativo, já que eles mesmos ou pessoas próximas, baseados em seus prognósticos, podem tornar real o que anunciam.

Tendo isso em vista, cumpre interpretar o que significa, para os jornais, ter como colunistas tais figuras. Em primeiro lugar, como já apontado, eles fornecem uma *griffe* às publicações. Eles são vitrines para anunciantes, investidores etc. Os economistas podem, ainda, transferir seu prestígio ao jornal para o qual escrevem, de forma que as posições interessadas do próprio veículo sobre determinados assuntos recebam ratificação. Um

⁴⁶ Para uma abordagem acerca da utilidade da sociologia da religião na compreensão de processos simbólicos, ver: BOURDIEU, 2015. Nesse texto, *Gênese e estrutura do campo religioso*, Bourdieu afirma: “Enquanto resultado da monopolização da gestão dos bens de salvação por um *corpo de especialistas* religiosos, socialmente reconhecidos como os detentores exclusivos da competência específica necessária à produção ou à reprodução de um *‘corpus’* *deliberadamente organizado* de conhecimentos secretos (e portanto raros), a constituição de um campo religioso acompanha a desapropriação objetiva daqueles que dele são excluídos e que se transformam por estar razão em *leigos* (ou *profanos*, no duplo sentido do termo) destituídos do *capital religioso* (enquanto trabalho simbólico acumulado) e reconhecendo a legitimidade desta desapropriação pelo simples fato de que a desconhecem enquanto tal”. (BOURDIEU, 2015, p. 39). Essa passagem, embora trate do campo religioso, é ilustrativa dos processos de “monopolização dos bens de salvação” presentes também em outros campos, como o econômico.

exemplo é o caso da concorrência cultural entre jornais e universidades públicas (CHIARAMONTE, 2015). De forma a defender a ideia de que essas últimas devem ser privatizadas, os veículos de comunicação se utilizam do argumento econômico liberal pró-reforma, de modo a demonstrar que existem grupos no interior das instituições públicas favorecidos com “meias entradas”, devendo ser cobradas mensalidades dos alunos.

A presença dos economistas nos jornais manifesta, dessa forma, a necessidade desses veículos firmarem suas posições, serem reconhecidos como agentes econômicos e políticos em um contexto em que a imprensa tem pouco público, este transferido maciçamente para a TV e, principalmente, para a internet. Assim, a contratação de colunistas de cepa liberal dá a ver a intenção dos veículos aqui analisados de se colocarem em consonância com o que vem sendo aceito como o pensamento econômico dominante. Porém, ao apresentarem essas teses não como políticas, mas como evidências que não devem ser questionadas, os jornais e seus colunistas ensaiam uma despolitização, conforme Duval também verificou na imprensa econômica francesa (DUVAL, 2004, p. 192).

E esse pensamento é partidarizado. Conforme visto na parte dedicada à morfologia social dos colunistas economistas, os defensores de um pensamento pró-reforma tendem a se ligar a candidatos situados à direita do espectro político, enquanto os economistas divergentes – Laura Carvalho e Nelson Barbosa – têm ligações com partidos situados à esquerda. O fato de que a grande maioria dos economistas que têm colunas nos jornais é pró-reforma ilustra a afirmação de que a imprensa, na prática, toma partido, contrariando, por exemplo, a ideia de isenção, apartidarismo e pluralismo, pregada por alguns veículos.

Referências

ABREU, A.A. *Jornalistas e jornalismo econômico na transição democrática*. In: _____; LATTMAN-WELTMAN, F.; KORNIS, M.A. *Mídia e política no Brasil – jornalismo e ficção*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003.

ABREU, A.A.; LATTMAN-WELTMAN, F.; ROCHA, D. *Eles mudaram a imprensa – depoimentos ao CPDOC*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003.

ABREU, A.A.; ROCHA, D. *Elas ocuparam as redações – depoimentos ao CPDOC*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

BARBOSA, M. *História cultural da imprensa*. Rio de Janeiro: Mauad, 2007.

- BERGAMO, A. Reportagem, Memória e História no jornalismo brasileiro. *Mana*, v. 17, n. 2, p. 233-269, 2011.
- BOURDIEU, P. *A Economia das Trocas Simbólicas*. São Paulo: Editora Perspectiva, 2015.
- BOURDIEU, P. *A distinção: crítica social do julgamento*. São Paulo: Edusp; Porto Alegre: Zouk, 2007.
- BOURDIEU, P. The Political Field, the Social Science Field, and the Journalist Field. In: BENSON, R; NEVEU, E. *Bourdieu and the journalistic field*. Cambridge: Polity Press, 2005.
- BOURDIEU, P. *Sobre a televisão*. Rio de Janeiro: Zahar, 1997.
- BOURDIEU, P. *As regras da arte*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.
- BOURDIEU, P. L'emprise du journalisme. *Actes de la recherche en sciences sociales*, v. 101-102, p. 3-9, 1994.
- BOURDIEU, P. *Homo Academicus*. Paris: Éd. de Minuit, 1984.
- CHAMPAGNE, P. La double dépendance, *Hermès*, n. 17-18, p. 215-229, 1995.
- CHIARAMONTE, AR. *Lutas simbólicas e doxa: jornalistas e acadêmicos no caso da 'lista dos improdutivos' da USP*. 2015. 214f. Dissertação [Mestrado em Sociologia]. Programa de Pós-graduação em Sociologia, USP, São Paulo.
- DUVAL, J. *Critique de la Raison Journalistique*. Paris: Éd. Le Seuil, 2004.
- ESTADÃO. 'Estado' lança serviço pioneiro na web. *Estadão*, 25 fev. 2011. Disponível em: <<https://economia.estadao.com.br/noticias/geral,estado-lanca-servico-pioneiro-na-web,56764e>>. Acesso em: 04 set. 2009.
- MEIRELLES, Allana. *Os intelectuais midiáticos em defesa do impeachment*. 2017. 53f. Monografia [Graduação em Ciências Sociais]. Faculdade de Ciências Sociais, UFJF, Juiz de Fora.
- MICELI, S. *Intelectuais à Brasileira*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.
- MORAES, V. *A elite dos jornalistas brasileiros: estratégias de legitimação e simbolização entre o período ditatorial e os anos pós-redemocratização*. 2017. 481 p. Tese (Doutorado em Sociologia Política)–Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2017.
- PINTO, L. *Le café du commerce des penseurs : à propos de la doxa intellectuelle*. Brissieux : Éditions du Croquant, 2009.

ROCHA, C. Direitas em rede: think tanks de direita na América Latina. In: Cruz, Sebastião Velasco et al. (Org.). *Direita, volver!: o retorno da direita e o ciclo político brasileiro*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2015. p. 261-278.

RIBEIRO, A.P.G. Jornalismo, literatura e política: a modernização da imprensa carioca nos anos 1950. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, n. 31, p. 147-160, 2003.